



Concurso Público para provimento de vagas de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao fiscal da sala, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Instrução: Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto a seguir.

“Gene da longevidade” pode aumentar risco de Alzheimer

Se há centenários na sua família, é grande a chance de você também ter vida longa. Disseminada na cultura popular, essa noção ganhou respaldo científico em 2010, quando neurocientistas da Universidade de Boston identificaram, em uma pesquisa com 1.055 pessoas com mais de 90 anos, “genes da longevidade” – 150 variantes genéticas associadas à propensão para viver mais. Agora, um estudo publicado no periódico *Aging Cell* sugere que uma delas aumenta o risco de desenvolver Alzheimer.

Ao analisarem tecidos cerebrais de 590 pessoas que morreram com mais de 90 anos, pesquisadores do Centro Médico da Universidade de Rush, em Chicago, observaram que uma variante, a proteína de transferência de ésteres de colesterol (CEPT, na sigla em inglês), está relacionada a maior quantidade de placas amiloides, características da doença neurodegenerativa.

Os resultados contradizem um estudo divulgado pouco tempo antes no *Journal of American Medical Association*, que sugeriu que a CEPT estava relacionada a maior agilidade mental em pessoas com mais de 70 anos – resultado mais evidente em voluntários descendentes de judeus do leste europeu. Qual estudo está “certo”? “Talvez nenhum. Há muitas outras variantes, talvez ainda desconhecidas; seria precipitado relacionar a CEPT diretamente à propensão para desenvolver a demência”, diz o neurocientista David Bennet, um dos autores da pesquisa da Universidade de Rush.

(Adaptado de Neurocircuito. Patologia. **Mente Cérebro**: Psicologia, psicanálise, neurociência. São Paulo: Duetto, Ano XIX, n. 229. p. 76)

1. A correta apreciação do primeiro parágrafo permite afirmar que o autor
- (A) equipara a intuição popular ao saber científico, concebendo o segundo como pouco avançado em relação à primeira.
 - (B) confere credibilidade a uma observação corrente entre leigos, apesar de se manter isento quanto à validade de tal observação.
 - (C) aponta os resultados de uma pesquisa mais recente como plena retificação de estudo anterior.
 - (D) toma os achados de dois estudos como divergentes entre si, mas como convergentes no respaldo que conferem a uma noção disseminada na cultura popular.
 - (E) recorre a dados quantitativos para concordar com o que foi postulado acerca dos “genes da longevidade”.

2. Considere as afirmações a seguir.
- I. As formas pronominais *sua* e *você* referem-se, exclusivamente, ao leitor; assim, o período não pode ser reescrito deste modo: “Se há centenários em uma família, é também grande a chance de se ter vida longa”.
 - II. No período *Há muitas outras variantes, talvez ainda desconhecidas*, tem-se uma contradição e uma impropriedade vocabular: afirma-se a existência do que é desconhecido e se usa *variante* em vez de “variável” (palavra mais apropriada ao contexto).
 - III. A opção por citar as palavras de David Bennet e apresentá-lo como um dos envolvidos na pesquisa tem o efeito de conferir mais credibilidade ao que se afirma.

De acordo com o texto, está correto APENAS o que se encontra em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerado o terceiro parágrafo do texto, assinale a alternativa correta.
- (A) O travessão introduz certa relativização do que se afirmou anteriormente, estando, assim, em confluência com o sentido que *sugeriu* empresta ao relato.
 - (B) A reprodução do que teria dito David Bennet amplia o foco da questão que o texto desenvolve: o neurocientista se refere à *demência*, como fenômeno geral, e não a *Alzheimer*.
 - (C) A referência a *descendentes de judeus do leste europeu* enfatiza o caráter polêmico do resultado mencionado – baseado em preconceito étnico – e fundamenta a questão que se formula em seguida.
 - (D) A pergunta retórica *Qual estudo está “certo”?* sintetiza a inquietação do autor – supostamente partilhada pelo leitor – diante das contradições mencionadas, mas é irrelevante para a articulação das diferentes partes do parágrafo.
 - (E) Em sua fala, o neurocientista David Bennet, diante da ausência de dados conclusivos, descarta a possibilidade de se relacionar a *CEPT* à propensão para desenvolver demência.

4. Assinale a alternativa correta acerca de reformulação de fragmento do terceiro parágrafo do texto.
- (A) É apropriada ao contexto a substituição de *pouco tempo antes* por “fazia pouco tempo”.
 - (B) Viola o padrão culto escrito da língua, no que se refere à concordância, a seguinte reformulação: “David Bennet, um dos autores que participou da pesquisa da Universidade de Rush”.
 - (C) Preservado o sentido, é apropriada esta reformulação da parte inicial do discurso de David Bennet: “Talvez nenhum, à medida que há muitas outras variantes, talvez ainda desconhecidas;”.
 - (D) O segmento *que sugeriu* pode ser substituído por “sugerindo”, sem prejuízo para a clareza do trecho.
 - (E) É apropriada, do ponto de vista da flexão verbal, a substituição de *Os resultados contradizem* por “Se os resultados contradizerem”.



5. O segundo parágrafo abona o seguinte comentário:
- (A) Há um equívoco na pontuação: no início do parágrafo, para dar conta do sentido apropriado à descrição do procedimento, deveria haver, necessariamente, uma vírgula depois da palavra *pessoas*.
- (B) O segmento *Ao analisarem*, de valor temporal, poderia ser substituído por “Assim que analisaram”, sem prejuízo para o sentido e a correção do período.
- (C) O fragmento [*d]a doença neurodegenerativa* retoma, ao mesmo tempo em que caracteriza, uma palavra mencionada no parágrafo anterior.
- (D) A palavra *características*, que se refere a *uma variante* e a *placas amiloides*, deve ser compreendida como uma versão sintética da expressão “estruturas características”.
- (E) É facultativa a ocorrência do sinal indicativo de crase em *relacionada a maior quantidade*, isto é, tal ocorrência não implica incorreção gramatical, nem alteração do sentido original.

6. Está correta a seguinte afirmação sobre a pontuação do texto:
- (A) O uso de aspas em “*Gene da longevidade*”, no título, explicita o receio do autor em assumir como correta uma expressão que considera pouco razoável.
- (B) Em [...] *pesquisadores do Centro Médico da Universidade de Rush, em Chicago, observaram* [...], a supressão da primeira vírgula não altera a correção da frase.
- (C) Os parênteses em (*CEPT, na sigla em inglês*) acolhem especificação que, por sua vez, é antecedida pela exposição de uma causa.
- (D) As aspas em “*certo*” sugerem uma específica concepção: a de que a pesquisa é um processo de paulatina descoberta, que não se pauta pela oposição entre certo e errado.
- (E) Alterando a pontuação do trecho “*Talvez nenhum. Há muitas outras variantes...*”, é redação correta, que preserva o sentido, a seguinte: “Talvez nenhum, por que há muitas outras variantes”.

7. *Há muitas outras variantes, talvez ainda desconhecidas; seria precipitado relacionar a CEPT diretamente à propensão para desenvolver a demência”, diz o neurocientista David Bennet [...].*

Assinale a alternativa em que uma nova redação preserva o sentido, a correção e a clareza do fragmento reproduzido acima.

- (A) Diz o neurocientista David Bennet: “– la ser precipitado relacionar a CEPT diretamente com propensão de desenvolver demência, já que existe muitas variantes, quem sabe desconhecidas.”
- (B) Diz o neurocientista David Bennet: “Seria precipitado relacionar diretamente a CEPT a propensão em desenvolver demência. Há, talvez, muitas outras variantes, ainda desconhecidas.”
- (C) Diz o neurocientista, David Bennet: “Seria precipitado, no desenvolver da demência, relacionar diretamente a CEPT à essa propensão, posto que têm muitas outras variantes, ainda, quem sabe, desconhecidas.”
- (D) O neurocientista David Bennet, diz que seria prematuro, posto que há outras variantes, ainda que por ventura, desconhecidas, relacionar, diretamente, a CEPT à propensão para desenvolver a demência.
- (E) Diz o neurocientista David Bennet: – Existem numerosas outras variantes, quem sabe ainda desconhecidas. Relacionar diretamente a CEPT à propensão para desenvolver demência seria precipitado.

Instrução: Para responder às questões de números 8 a 15, considere o texto a seguir.

Os intérpretes do Brasil e das nações egressas de sistemas coloniais partem, desde os meados do século XX, da aceitação tácita ou manifesta de uma dualidade fundamental: centro versus periferia.

Creio ser razoável perguntar se essa oposição é estrutural ou histórica; e, em consequência, se é estática ou dinâmica, se está fixada para todo o sempre como um conceito ontológico, ou se está sujeita ao tempo, logo à possibilidade de variação e mudança.

Há uma passagem em A era dos impérios de Eric Hobsbawm em que o historiador exprime a sua perplexidade em face do discurso sobre a diferença entre “partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo”:

“Definir a diferença entre partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo é um exercício complexo e frustrante, pois tais classificações são por natureza estáticas e simples, e a realidade que deveria se adequar a elas não era nenhuma das duas coisas. O que definia o século XIX era a mudança: mudança em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do Atlântico norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial. Por outro lado, até os mais ‘avançados’ dos países ‘desenvolvidos’ mudaram parcialmente através da adaptação da herança de um passado antigo e ‘atrasado’, e continham camadas e parcelas da sociedade resistentes à transformação. Os historiadores quebram a cabeça procurando a melhor maneira de formular e apresentar essa mudança universal, porém diferente em cada lugar, a complexidade de seus padrões e interações e suas principais tendências.”

231. Eric Hobsbawm, *A era dos impérios*. 1875-1914, 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p.46.

(Alfredo Bosi, “O mesmo e o diferente”. IN *Ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 227-228)

8. Quanto à oposição centro *versus* periferia, Alfredo Bosi
- (A) rejeita-a, pois a considera obsoleta por ter sido formulada em meados do século XX.
- (B) critica-a, pois esse estudioso repele as dualidades que lhe são consequentes.
- (C) relativiza-a, pois acata sua validade na interpretação das relações entre países estabelecidas no século passado, mas não no atual.
- (D) problematiza-a, pois propõe tanto a investigação de sua natureza, quanto do que é decorrente dos elementos constitutivos dessa natureza.
- (E) promove-a, pois a julga parâmetro definitivo no caso de análise de países colonizados, a exemplo do Brasil.



9. Considerado o fragmento que corresponde à citação do historiador é correto afirmar:
- (A) Eric Hobsbawm entende como errôneas as classificações que não acolhem, sob uma única rubrica, a totalidade dos países, inclusive os periféricos.
- (B) é legítimo presumir que o comentário de Eric Hobsbawm, embora de valor abrangente, remete de modo direto à observação do século XIX, como o comprova o emprego da forma verbal *era*, na frase inicial.
- (C) a referência feita às *regiões dinâmicas do Atlântico norte* constitui, na organização do trecho, o argumento mais valorizado por Eric Hobsbawm para definir a diferença entre partes avançadas e atrasadas do mundo.
- (D) para convencer o leitor quanto à validade de seu pensamento, Eric Hobsbawm por vezes enfatiza uma ideia por meio de uma mera repetição: em *Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes*, os elementos grifados expressam exatamente a mesma noção.
- (E) as aspas empregadas por Eric Hobsbawm foram utilizadas exatamente com a mesma função das que ocorrem no texto de Alfredo Bosi: evidenciar a concordância com as palavras que estão citadas.
10. Considere ainda as palavras de Eric Hobsbawm e as presunções que seguem.
- I. Os avançados centros norte-americanos capitalistas do século XIX foram os únicos que, por constituírem a força motriz da transformação mundial, conseguiram preservar intacta sua própria organização social.
- II. Mudanças no organismo social podem ter natureza endógena.
- III. A categoria "universal" dispensa a homogenia, nos variados planos que podem ser observados ao se avaliar um fenômeno.
- O texto legitima o que se lê em
- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.
11. No contexto, são equivalentes os segmentos indicados na seguinte alternativa:
- (A) *nações egressas de sistemas coloniais / nações que conservam as estruturas dos países que as colonizaram.*
- (B) *aceitação tácita [...] de uma dualidade / adesão não formalmente expressa a uma dualidade.*
- (C) *estrutural ou histórica / estratificada na contemporaneidade ou tradicional.*
- (D) *um conceito ontológico / uma concepção pragmática do real.*
- (E) *exprime a sua perplexidade / expressa com vigor seu encantamento.*
12. "O que definia o século XIX era a mudança: mudança em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do Atlântico norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial."
- Estrutura que considera, como a destacada acima, corretamente as regências, encontra-se em frases que seguem, com EXCEÇÃO desta única:
- (A) Comprovou que e alegou de que os documentos eram originais.
- (B) Segurou o menino com e pela mão esquerda.
- (C) Por conta de e para saldar as dívidas, penhorou seu único imóvel.
- (D) Necessitava de e exigia os documentos que haviam ficado retidos indevidamente.
- (E) Os estados se unificaram em e por uma sólida confederação.
13. A forma destacada que apresenta o processo verbal em potência, aproximando-se, assim, do substantivo, é:
- (A) Creio ser razoável perguntar...
- (B) Há uma passagem...
- (C) "Os historiadores quebram a cabeça procurando a melhor maneira de formular..."
- (D) "... que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial."
- (E) "Definir a diferença entre partes avançadas e atrasadas..."
14. Análise cuidadosa comprova a correção do seguinte comentário:
- (A) a substituição de "essa mudança universal" pelo pronome conveniente poderia gerar as seguintes formulações do segmento: "procurando a melhor maneira de a formular e apresentar" ou "procurando a melhor maneira de formulá-la e apresentá-la".
- (B) se, em vez de *Creio ser razoável perguntar*, houvesse a formulação "É importante que todos creemos ser razoável perguntar", a correção da frase estaria preservada.
- (C) em "O que definia o século XIX era a mudança", o pronome destacado recupera a ideia expressa no segmento imediatamente anterior.
- (D) a transposição da frase "todos os países [...] estavam [...] presos pelos tentáculos dessa transformação mundial" a voz ativa gera a forma "conseguiram prender".
- (E) os segmentos *da aceitação tácita e de uma dualidade fundamental* são ambos exigidos por forma verbal.



<p>15. Há uma passagem em <i>A era dos impérios</i> de Eric Hobsbawm em que o historiador exprime a sua perplexidade em face do discurso sobre a diferença entre “partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo”:</p> <p>Considerado o fragmento acima, a alteração que mantém o sentido original e o respeito às regras do padrão culto escrito é a proposta em:</p> <p>(A) colocação de uma vírgula após a palavra <i>impérios</i>.</p> <p>(B) substituição de <i>em face do discurso</i> por “frente o discurso”.</p> <p>(C) substituição de <i>em face do discurso sobre a diferença</i> por “face à face com o discurso a cerca da diferença”.</p> <p>(D) substituição de “partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo” por “partes mundiais avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas”.</p> <p>(E) substituição de <i>em que o historiador exprime a sua perplexidade em face do discurso</i> por “na qual o historiador exprime a própria perplexidade diante do discurso”.</p>	<p>17. Depois de nomeado, o Ministro do TST deve ser empossado. Em um caso específico, a data da posse coincidiu com o período de férias coletivas dos Ministros. Nessa situação, a posse</p> <p>(A) não pode ocorrer, devendo ser adiada para o primeiro dia útil após as férias.</p> <p>(B) pode ocorrer, desde que convocada sessão extraordinária do Pleno.</p> <p>(C) não pode ocorrer, devendo ser adiada para a primeira sessão ordinária do Pleno após as férias.</p> <p>(D) pode ocorrer, desde que o TST funcione em regime de plantão durante as férias.</p> <p>(E) pode ocorrer, devendo o ato ser ratificado pelo Pleno.</p>
<p>Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho</p> <p>16. Em razão da aposentadoria de três Ministros, houve a necessidade do preenchimento dessas vagas, destinadas aos Juizes de carreira da Magistratura do Trabalho. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) convocou o Pleno para, em voto secreto e em escrutínios sucessivos, escolher, dentre os Juizes de carreira, integrantes dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), três nomes para a formação da lista a ser encaminhada ao Presidente da República. O procedimento foi formalmente incorreto, uma vez que</p> <p>(A) o voto deveria ser aberto.</p> <p>(B) a escolha não deveria se limitar a integrantes dos TRTs.</p> <p>(C) a seleção deveria ser em escrutínio único.</p> <p>(D) a lista deveria conter cinco nomes.</p> <p>(E) não havia a necessidade de convocação do Pleno.</p>	<p>18. O Tribunal Pleno pode determinar a aposentadoria ou disponibilidade de Ministro do TST, por motivo de interesse público, respeitados os seguintes requisitos:</p> <p>(A) escrutínio secreto, voto da maioria absoluta dos membros do Pleno do TST e ampla defesa.</p> <p>(B) escrutínio aberto, voto da maioria absoluta dos membros do Pleno do TST e ampla defesa.</p> <p>(C) o Ministro ter pelo menos 30 anos de serviço público, escrutínio secreto e voto da maioria relativa dos membros do Pleno do TST.</p> <p>(D) o Ministro ter pelo menos 30 anos de serviço público, escrutínio aberto e voto da maioria absoluta dos membros do Pleno do TST.</p> <p>(E) escrutínio secreto, voto da maioria relativa dos membros do Pleno do TST e ampla defesa.</p> <p>19. Publicar a Revista do TST, destinada à divulgação de trabalhos doutrinários e jurisprudenciais e ao registro dos atos públicos de interesse da Justiça do Trabalho, cabe</p> <p>(A) ao Órgão Especial.</p> <p>(B) à Comissão de Regimento.</p> <p>(C) ao Tribunal Pleno.</p> <p>(D) à Comissão de Documentação.</p> <p>(E) à Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos.</p> <p>20. Durante as férias dos Ministros, foi ajuizada uma ação cautelar. O processo foi distribuído a Ministro ocupante de cargo de direção, cuja jubilação compulsória ocorreria dali a noventa dias. Essa distribuição foi falha, uma vez que</p> <p>(A) ocorreu nas férias dos Ministros.</p> <p>(B) não é possível a distribuição de processos a Ministro nos noventa dias que antecedem sua jubilação compulsória.</p> <p>(C) não é feita distribuição a Ministro ocupante de cargo de direção.</p> <p>(D) ação cautelar só pode ser distribuída ao Presidente do TST.</p> <p>(E) ação cautelar deve ser distribuída a Presidente de Turma.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Tício é Desembargador de um determinado Tribunal Regional do Trabalho e comete um crime de peculato neste ano de 2012. Neste caso, a competência para processar e julgar Tício será do Superior Tribunal de Justiça.
- II. Se o Procurador-Geral da República cometer crime de responsabilidade, será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- III. O Ministro de Estado que cometer crime de responsabilidade conexo com outro crime de responsabilidade cometido pelo Vice-Presidente da República será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

22. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante, e é integrado pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, membros natos. Compõem também o Conselho:

- (A) cinco ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e cinco presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, cada um deles representando uma das cinco Regiões geográficas do País.
- (B) quatro ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e por 27 presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, um de cada um dos 26 Estados da Federação e outro do Distrito Federal.
- (C) três ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e cinco presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, cada um deles representando uma das cinco Regiões geográficas do País.
- (D) três ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e apenas dois presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho.
- (E) cinco ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e dois presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho.

23. Paulo é candidato ao cargo de Prefeito de um determinado Município. Durante a campanha, Paulo é acusado de praticar corrupção, mas acaba eleito pelo voto popular. José, o candidato derrotado, neste caso, poderá impugnar o mandato eletivo de Paulo ante a Justiça Eleitoral, instruída a ação com provas da corrupção, no prazo de

- (A) dez dias contados da posse, tramitando a ação em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (B) quinze dias contados da posse, tramitando a ação em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (C) trinta dias contados da posse, somente tramitando a ação em segredo de justiça a requerimento do interessado, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (D) trinta dias contados da diplomação, somente tramitando a ação em segredo de justiça a requerimento do interessado, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (E) quinze dias contados da diplomação, tramitando a ação em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.



24. Alícia, brasileira nascida na cidade de Porto Alegre, trabalha como chefe de cozinha, e conhece Paul, canadense, também chefe de cozinha, ao frequentar um curso específico na cidade de Toronto. Ambos iniciam relacionamento amoroso e se casam no Canadá, fixando residência na cidade de Toronto. Após um ano de casamento, nasce Mila, fruto da união do casal, em uma maternidade local. Mila é registrada em repartição brasileira. Neste caso, de acordo com a Constituição da República brasileira, Mila
- (A) será considerada brasileira nata se vier a residir na República Federativa do Brasil e optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (B) será considerada brasileira nata se vier a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optar a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
 - (C) será considerada brasileira nata se vier a residir no Brasil e optar a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.
 - (D) é considerada brasileira nata.
 - (E) será considerada brasileira nata se vier a residir na República Federativa do Brasil, antes de atingir a maioridade.
-
25. Renato ajuizou ação de indenização contra Pedro, julgada procedente em primeiro grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça. Interposto Recurso Especial pelo demandado, cujo processamento é admitido, o Superior Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade da lei que fundamenta a demanda, que é assim julgada improcedente. Tem-se, no caso, exercício de controle da constitucionalidade
- (A) abstrato.
 - (B) difuso.
 - (C) concentrado.
 - (D) transverso.
 - (E) coletivo.
-

Direito Administrativo

26. De acordo com a legislação federal em vigor (Lei nº 8.987/95), é uma diferença entre concessão e permissão de serviço público
- (A) ser obrigatória a licitação para a primeira; e facultativa, para a segunda.
 - (B) ser a primeira contrato; e a segunda, ato unilateral.
 - (C) ter a primeira prazo determinado; e a segunda, não comportar prazo.
 - (D) voltar-se a primeira a serviços de caráter social; e a segunda, a serviços de caráter econômico.
 - (E) poder a primeira ser celebrada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas; e a segunda, com pessoa física ou jurídica.
-
27. Uma pessoa jurídica que se enquadre no conceito de autarquia
- (A) é essencialmente considerada um serviço autônomo.
 - (B) deve necessariamente possuir um regime jurídico especial.
 - (C) terá garantia de estabilidade de seus dirigentes.
 - (D) subordina-se hierarquicamente a algum Ministério, ou órgão equivalente no plano dos demais entes federativos.
 - (E) não integra a Administração Indireta.
-
28. Em matéria de acumulação, nos termos da Lei nº 8.112/90, considere:
- I. A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.
 - II. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
 - III. O servidor vinculado ao regime da Lei nº 8.112/90, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-



29. A Lei nº 9.784/99 traz um rol de direitos do administrado, perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados. Sobre esse assunto, considere as seguintes afirmações:
- I. Contar com a inércia da Administração, que só pode agir, na condução do processo, mediante provocação dos interessados.
 - II. Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos e retirá-los para consulta fora da repartição.
 - III. Fazer-se assistir, por advogado, salvo quando expressamente renunciar a esse direito.
- NÃO consta daquele rol o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) I, II e III.

30. NÃO descreve de modo completo uma conduta caracterizadora de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92,
- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
 - (B) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
 - (C) adquirir bens imóveis, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública.
 - (D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
 - (E) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

Direito Civil

31. Segundo o Código Civil,
- (A) a deterioração ou a destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, constitui ilícito.
 - (B) o abuso do direito é um ato ilícito, cometido por quem, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
 - (C) o negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
 - (D) o negócio jurídico simulado, com subsistência do ato dissimulado, se for eficaz na substância e na forma, é anulável.
 - (E) o vício resultante do estado de perigo gera a ineficácia do negócio jurídico.
32. Quanto à prescrição, é correto afirmar que
- (A) o prazo prescricional iniciado contra uma pessoa não corre contra o seu sucessor.
 - (B) sua renúncia será necessariamente expressa.
 - (C) seus prazos podem ser alterados por acordo das partes, se maiores e capazes.
 - (D) pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem beneficia.
 - (E) não pode ser pronunciada de ofício pelo juiz, necessitando da iniciativa da parte para tanto.

33. Considere:
- I. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
 - II. O ato de disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, é irrevogável se feito por instrumento público.
 - III. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) II, apenas.



34. É correto afirmar que
- (A) não existe hipótese de comoriência em nosso direito civil.
 - (B) os nascituros não têm direitos reconhecidos pela lei antes de seu nascimento com vida.
 - (C) todo ser humano pode exercer pessoalmente sua capacidade para os atos da vida civil, sem ressalvas.
 - (D) a morte presumida só será declarada, em nosso direito civil, com a decretação da ausência da pessoa.
 - (E) a existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
-

35. É correto afirmar que
- (A) o instrumento particular, feito e assinado por agente maior e capaz, prova as obrigações convencionais de qualquer valor, gerando efeitos imediatos em relação a terceiros.
 - (B) as declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários e em face de terceiros, mesmo que estranhos ao ato.
 - (C) a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
 - (D) a prova do instrumento particular não se pode suprir por outras de caráter legal.
 - (E) a prova exclusivamente testemunhal, como regra, é admissível em qualquer negócio jurídico, independentemente de seu valor.
-

Direito Processual Civil

36. No tocante à substituição das partes,
- (A) ocorrendo a morte de qualquer das partes, extinguir-se-á automaticamente o processo, com os eventuais direitos do espólio sendo postulados por ação autônoma.
 - (B) a substituição voluntária das partes é livre até o saneamento do processo, independentemente da anuência da parte adversa.
 - (C) o adquirente ou cessionário poderá ingressar livremente em juízo, em substituição ao alienante ou ao cedente, sem anuência da parte contrária, bastando comprovar a aquisição ou a cessão.
 - (D) a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.
 - (E) a sentença proferida entre as partes originárias limita-se a elas, não estendendo seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.
-

37. Quanto à citação é correto afirmar que
- (A) será efetuada somente no domicílio ou na residência do réu.
 - (B) cabe, em princípio, à parte, promover a citação do réu nos dez dias subsequentes ao despacho que a determinar, não sendo prejudicada pela demora que se imputar exclusivamente ao serviço judiciário.
 - (C) não se fará, em nenhuma hipótese, a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.
 - (D) não é passível de ratificação ou de convalidação, por se tratar de ato formal.
 - (E) torna prevento o juiz, induz perempção e suspende o lapso prescricional.
-

38. Quanto aos recursos, é correto afirmar que
- (A) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos pelas partes.
 - (B) o agravo é recebido, em regra, no efeito suspensivo e, excepcionalmente, no efeito meramente devolutivo.
 - (C) a apelação do réu pode conter matéria de impugnação não constante de sua defesa, mesmo que não se trate de matéria de ordem pública, em razão do efeito translativo recursal.
 - (D) cabem embargos infringentes de qualquer acórdão que, em apelação, não tenha resultado unânime pelos integrantes da Turma Julgadora.
 - (E) o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
-



39. Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:
- (A) É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada por meio de recurso ao qual se atribuiu efeito meramente devolutivo.
 - (B) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, será preciso aguardar a liquidação desta para se promover a execução única do julgado.
 - (C) Como regra, a impugnação ao cumprimento do julgado será recebida no efeito suspensivo da execução.
 - (D) Salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá agravo, a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante apelação.
 - (E) Se houver penhora de bens do devedor, de imediato será nomeado perito judicial para sua avaliação, como regra geral.
-
40. Nos embargos do devedor,
- (A) se forem declarados manifestamente protelatórios, o juiz imporá multa ao embargante em valor equivalente a 1% do montante em execução.
 - (B) pode o executado, em até dez dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação, oferecer embargos fundados em nulidade da execução, ou em causa extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.
 - (C) no prazo para sua oposição, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer que seja admitido a pagar o restante em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.
 - (D) sua rejeição liminar será recorrível mediante agravo de instrumento.
 - (E) sua oposição depende de penhora prévia, ou ao menos caução ou depósito do valor em execução.
-

Direito do Trabalho

41. A descaracterização de uma pactuada relação civil de prestação de serviços, desde que no cumprimento do contrato se verifiquem os elementos fáticos e jurídicos da relação de emprego, é autorizada pelo princípio do Direito do Trabalho denominado
- (A) inalterabilidade contratual.
 - (B) primazia da realidade sobre a forma.
 - (C) continuidade da relação de emprego.
 - (D) intangibilidade salarial.
 - (E) boa-fé contratual.
-
42. São direitos constitucionais dos trabalhadores previstos no artigo 7º da Constituição Federal:
- (A) licença-paternidade, garantia ao direito adquirido e irredutibilidade salarial.
 - (B) participação nos lucros e resultados, salário família e direito de petição aos órgãos públicos.
 - (C) seguro-desemprego, proteção em face da automação e proteção do mercado de trabalho da mulher.
 - (D) adicional de penosidade, função social da propriedade e piso salarial.
 - (E) licença à gestante, adicional de insalubridade, contraditório e ampla defesa.
-
43. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, são requisitos legais para configuração da relação de emprego:
- (A) subordinação jurídica, pessoalidade na prestação dos serviços e exclusividade na contratação.
 - (B) onerosidade, eventualidade dos serviços e subordinação jurídica.
 - (C) pessoalidade na prestação dos serviços, autonomia na prestação laboral e remuneração.
 - (D) subordinação jurídica, continuidade e pessoalidade na prestação dos serviços.
 - (E) obtenção de resultado na prestação de serviços, onerosidade e não eventualidade dos serviços.
-



44. Considere as assertivas seguintes sobre o contrato individual de trabalho:
- I. O contrato individual de trabalho somente poderá ser acordado de forma expressa e por escrito.
 - II. A lei prevê como regra a indeterminação do prazo e como exceção a prefixação de prazo para os contratos individuais de trabalho.
 - III. O contrato por prazo determinado de experiência não poderá ser feito por prazo superior a 90 dias.
 - IV. O contrato de trabalho por prazo determinado que for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
 - V. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 meses, a outro contrato por prazo determinado, em qualquer situação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) III, IV e V.
 - (E) II, III e IV.
-
45. Durante três anos Thor foi empregado da empresa Ajax Manutenção Industrial, que faz parte do grupo econômico Ajax, constituído por quatro empresas. Em razão de problemas financeiros, Thor foi dispensado sem justa causa. Não houve pagamento de verbas rescisórias. Nesta situação, caberia algum tipo de reponsabilidade para as demais empresas do grupo Ajax?
- (A) Sim, sendo qualquer uma das empresas do grupo responsável subsidiária pelas dívidas trabalhistas da outra empresa.
 - (B) Não, porque cada empresa do grupo possui personalidade jurídica própria e responde apenas por dívidas com seus próprios empregados.
 - (C) Sim, porque havendo a constituição de grupo econômico serão, para efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis as empresas do grupo.
 - (D) Não, porque não há previsão legal para responsabilidade patrimonial de empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico, sendo que entre os sócios haverá responsabilidade subsidiária.
 - (E) Depende da existência de contrato firmado entre as empresas do grupo prevendo a responsabilidade solidária, visto que Thor não prestou serviços para todas as empresas do grupo.
-
46. Conforme previsão legal e orientação sumulada do TST, em relação à alteração contratual é INCORRETO afirmar:
- (A) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.
 - (B) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.
 - (C) Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, será garantida a contagem do tempo naquele serviço, mas não o retorno ao cargo anterior.
 - (D) É lícita a transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, quando ocorrer extinção do estabelecimento em que ele trabalhava.
 - (E) Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, ficando obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.
-
47. Em relação à estabilidade, garantias provisórias de emprego e aviso prévio, nos termos da legislação e da jurisprudência sumulada do TST, é correto afirmar:
- (A) Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até 2 anos após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.
 - (B) O pedido de demissão do empregado estável, desde que formulado por escrito, será válido, ainda quando feito sem a assistência do respectivo Sindicato ou da autoridade local competente do Ministério do Trabalho.
 - (C) É válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, por não haver incompatibilidade entre os dois institutos.
 - (D) O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, lhe assegura a estabilidade, prevista no § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (E) O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial.



48. Quanto ao instituto da prescrição no Direito do Trabalho, conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST, é correto afirmar:
- (A) Não se aplica o prazo prescricional previsto na CLT para as ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
 - (B) O direito de ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho para o trabalhador rural.
 - (C) A ação trabalhista, quando arquivada, não interrompe a prescrição em relação aos pedidos idênticos.
 - (D) Contra os menores de 21 anos e as mulheres acima de 50 anos não corre nenhum prazo de prescrição.
 - (E) É quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.

Direito Processual do Trabalho

49. Conforme legislação aplicável, em relação à organização e competência da Justiça do Trabalho no Brasil é correto afirmar:
- (A) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Congresso Nacional.
 - (B) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não são da competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal, por se tratar de modalidade tributária.
 - (C) Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho serão compostos por um quinto dentre advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, com mais de cinco anos de efetivo exercício.
 - (D) A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.
 - (E) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou na Vara do seu domicílio ou na localidade mais próxima.
-
50. Considere as assertivas seguintes conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST:
- I. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do Processo Judiciário do Trabalho previstas na CLT.
 - II. Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.
 - III. O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.
 - IV. Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 20 horas.
 - V. Nos dissídios individuais, sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá exclusivamente ao reclamado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, IV e V.
 - (E) II, III e V.
-
51. No processo do trabalho, considerando as normas específicas e a jurisprudência sumulada do TST é correto afirmar:
- (A) Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é válida, diante do princípio do *jus postulandi*.
 - (B) A nulidade não será declarada senão mediante provocação das partes, devendo ser pronunciada ainda que for arguida por quem lhe tiver dado causa.
 - (C) Haverá nulidade por julgamento *extra petita* da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, ante a falta de previsão legal.
 - (D) Na Justiça do Trabalho as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
 - (E) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, as exceções serão alegadas como matéria de defesa, não havendo suspensão do feito, ainda que se trate de exceções de suspeição ou incompetência.



52. Conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST, em relação às audiências trabalhistas é correto afirmar:
- (A) A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, importa arquivamento do processo.
 - (B) Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto em audiência deve ser necessariamente empregado do reclamado.
 - (C) Não se aplica a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor desde que esteja presente o seu advogado.
 - (D) Aberta a audiência, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa oral ou apresentá-la por escrito e, em seguida, o juiz proporá a conciliação.
 - (E) Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, devendo o juiz, *ex officio*, interrogar os litigantes, sob pena de nulidade, sendo que findo o interrogatório não poderão os litigantes retirar-se, até o término da instrução com a oitiva de testemunhas.
-
53. Quanto aos procedimentos especiais aplicáveis no Processo do Trabalho, nos termos da legislação aplicável e com base nas súmulas de jurisprudência do TST é correto afirmar:
- (A) Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito para apuração de falta grave pela Vara não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.
 - (B) Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara, dentro de 60 dias, contados da data da suspensão do empregado.
 - (C) A ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.
 - (D) Há previsão legal para a legitimidade excepcional do Ministério Público de propor a ação rescisória, apenas quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.
 - (E) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 120 dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
-
54. Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:
- (A) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
 - (B) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, *ex officio*, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.
 - (C) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
 - (D) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
 - (E) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.
-
55. Em matéria recursal, conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 dias, de decisão unânime de julgamento que estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei.
 - (B) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
 - (C) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei municipal, estadual e federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
 - (D) O agravo de instrumento interposto, no prazo de 8 dias, contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença até o seu julgamento final.
 - (E) Cabe recurso ordinário, no prazo de 8 dias, das decisões definitivas ou terminativas das Varas; sendo que em relação aos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, somente cabe o recurso das decisões definitivas em dissídios individuais, e das decisões definitivas ou terminativas em dissídios coletivos.

**Direito Previdenciário**

56. São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
- (A) os ascendentes até o terceiro grau, desde que comprovada a dependência econômica.
 - (B) o irmão até completar 18 anos ou inválido, independentemente de comprovação da dependência econômica.
 - (C) o menor tutelado independentemente de comprovação da dependência econômica.
 - (D) o cônjuge e a companheira, desde que comprovada a dependência econômica.
 - (E) o filho não emancipado inválido independentemente de comprovação de dependência econômica.
-
57. Nos termos do Regime Geral da Previdência Social, período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. Neste sentido, dependem de período de carência os benefícios de
- (A) auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.
 - (B) pensão por morte e salário-maternidade para empregada doméstica.
 - (C) salário-família e auxílio-doença.
 - (D) auxílio-reclusão e auxílio-acidente.
 - (E) aposentadoria especial e aposentadoria por idade.
-
58. Considerando-se as normas constitucionais relativas à seguridade social dos servidores públicos, é correto afirmar:
- (A) o servidor titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, tem assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) a aposentadoria compulsória dos servidores se dá aos setenta anos de idade, com proventos integrais, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
 - (C) o servidor abrangido pelo regime de previdência previsto no artigo 40 da Constituição Federal será aposentado por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ainda que decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
 - (D) a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que cuida o artigo 40 da Constituição Federal é vedada, ainda que se trate de servidores que exerçam atividades de risco.
 - (E) o requisito de idade será reduzido em cinco anos para a aposentadoria voluntária do professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, não se aplicando tal critério ao requisito de tempo de contribuição.
-
59. Conforme previsão contida no Regime Geral da Previdência Social é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:
- (A) aposentadoria e auxílio-doença.
 - (B) seguro-desemprego e pensão por morte.
 - (C) salário-maternidade e auxílio-doença.
 - (D) auxílio-acidente e aposentadoria.
 - (E) aposentadoria especial e aposentadoria por invalidez.
-
60. Considerando o Regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais, instituído pela Lei nº 12.618/2012 é INCORRETO afirmar:
- (A) A União, suas autarquias e fundações são responsáveis, na qualidade de patrocinadores, pelo aporte de contribuições e pelas transferências às entidades fechadas de previdência complementar das contribuições descontadas dos seus servidores, observado o disposto na Lei e nos estatutos respectivos das entidades.
 - (B) Os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar poderão, mediante prévia e expressa opção, aderir ao regime de previdência complementar.
 - (C) O exercício da opção do servidor pelo regime da previdência complementar é irrevogável e irretroatável, não sendo devida pela União e suas autarquias e fundações públicas qualquer contrapartida referente ao valor dos descontos já efetuados sobre a base de contribuição acima do limite previsto na Lei.
 - (D) O prazo para a opção do servidor pelo regime da previdência complementar será de 12 meses, contados a partir do início da vigência do regime de previdência complementar instituído na Lei.
 - (E) A União é autorizada a criar, no prazo de 180 dias, contado da publicação da Lei, as entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: – Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

– Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora.

Diversos setores do funcionalismo público que oferecem serviços básicos à população, a exemplo da segurança, ensino superior, vigilância sanitária e distribuição de energia, estão em greve em Pernambuco. Até esta quinta-feira (27), a onda grevista já prejudica mais de 50 mil alunos, diversas embarcações que precisam atracar no Porto de Suape e até mesmo a segurança da população – os policiais civis radicalizaram com a greve no final da tarde desta quinta-feira (27), após assembleia do Sinpol local (Sindicato dos Policiais). Apenas três delegacias em Pernambuco terão plantões com serviços para atender à população.

(“Onda grevista prejudica serviços básicos em diversos setores de PE”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/07/onda-gravista-prejudica-servicos-basicos-em-diversos-setores-de-pe.html>>. Acesso em 27 jul. 2012)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vai alterar o calendário acadêmico do segundo semestre para adaptá-lo à disponibilidade de professores e funcionários, que estão em greve e ainda não têm data para voltar ao trabalho. O primeiro passo, anunciado pela instituição nesta terça-feira, é o adiamento da pré-matrícula, que estava prevista para o dia 26 e não foi feita porque 20% das notas do primeiro semestre ainda não estão inseridas no sistema informatizado de registros.

(“Greve de servidores força UFRGS a adiar matrículas”. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5972006/greve-de-servidores-forca-ufrgs-a-adiar-matriculas.aspx>>. Acesso em 31 jul. 2012)

Disserte a respeito do assunto abordado nas notícias acima transcritas, com base na disciplina da matéria na Constituição da República e sua regulamentação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	